



Ministério da Justiça



UnB



Centro de Apoio ao
Desenvolvimento
Tecnológico



latitude
Laboratório de tecnologias da tomada de decisão

Termo de Cooperação/Projeto:

**Acordo de Cooperação Técnica
FUB/CDT e MJ/SE
Registro de Identidade Civil –
Replanejamento e Novo Projeto Piloto**

Documento:

**RT Análise Midiática Comparativa –
1º sem. 2015**

Data de Emissão:

27/07/2015

Elaborado por:

**Universidade de Brasília – UnB
Centro de Apoio ao Desenvolvimento
Tecnológico – CDT
Laboratório de Tecnologias da Tomada
de Decisão – LATITUDE.UnB**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

José Eduardo Cardozo
Ministro

Marivaldo de Castro Pereira
Secretário Executivo

Hélvio Pereira Peixoto
Coordenador Suplente do Comitê Gestor do SINRIC

EQUIPE TÉCNICA

Ana Maria da Consolação Gomes Lindgren
Andréa Benoliel de Lima
Celso Pereira Salgado
Delluiz Simões de Brito
Elaine Fabiano Tocantins
Fernando Saliba Oliveira
Fernando Teodoro Filho
Guilherme Braz Carneiro
Joaquim de Oliveira Machado
José Alberto Sousa Torres
Marcelo Martins Villar
Raphael Fernandes de Magalhães Pimenta
Rodrigo Borges Nogueira
Rodrigo Gurgel Fernandes Távora
Sara Lais Rahal Lenharo

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ivan Marques Toledo Camargo
Reitor

Paulo Anselmo Ziani Suarez
Diretor do Centro de Apoio ao
Desenvolvimento Tecnológico – CDT

Rafael Timóteo de Sousa Júnior
Coordenador do Laboratório de Tecnologias da
Tomada de Decisão – LATITUDE

EQUIPE TÉCNICA

Flávio Elias Gomes de Deus
(Pesquisador Sênior)
William Ferreira Giozza
(Pesquisador Sênior)
Ademir Agostinho de Rezende Lourenço
Adriana Nunes Pinheiro
Alysson Fernandes de Chantal
Andréia Campos Santana
Antônio Claudio Pimenta Ribeiro
Carolinne Januária de Souza Martins
Daniela Carina Pena Pascual
Danielle Ramos da Silva
Diogenes Ferreira Reis Fustinoni
Fábio Lúcio Lopes Mendonça
Fábio Mesquita Buiati
Glaudson Menegazzo Verzeletti
Heverson Soares de Brito
Johnatan Santos de Oliveira
José Carneiro da Cunha Oliveira Neto
Kelly Santos de Oliveira Bezerra
Luciano Pereira dos Anjos
Luciene Pereira de Cerqueira Kaipper
Luiz Antônio de Souto Evaristo
Luiz Claudio Ferreira
Marco Schaffer
Marcos Vinicius Vieira da Silva
Pedro Augusto Oliveira de Paula
Roberto Mariano de Oliveira Soares
Sergio Luiz Teixeira Camargo
Soleni Guimarães Alves
Suzane Lais De Freitas
Valério Aymoré Martins
Vera Lopes de Assis
Wladimir Rodrigues da Fonseca

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.2/23
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição
27/07/2015	0.1	Versão inicial



Universidade de Brasília – UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro - FT – ENE – Latitude
CEP 70.910-900 – Brasília-DF
Tel.: +55 61 3107-5598 – Fax: +55 61 3107-5590

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.3/23
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	METODOLOGIA PRELIMINAR.....	6
3	ANÁLISE DE NOTÍCIAS.....	7
4	ANÁLISE E DIAGNÓSTICO.....	8
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO SEGUNDO SEMESTRE E TENDÊNCIAS DE COBERTURA.....	10
6	CONCLUSÃO	11
ANEXO I – ÍNTEGRA DAS NOTÍCIAS		12
6.1	Notícias.....	12

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria Executiva (SE/MJ), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), é responsável por viabilizar o desenvolvimento e a implantação do Registro de Identidade Civil, instituído pela Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, regulamentado pelo Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010.

Atualmente, a República Federativa do Brasil conta com sistema de identificação de seus cidadãos amparado pela Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983. Essa lei assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, ou Cédulas de Identidade; confere também autonomia gerencial às Unidades Federativas no que concerne à expedição e controle dos números de registros gerais emitidos para cada documento. Essa condição de autonomia, ao contrário do que pode parecer, fragiliza o sistema de identificação, já que dá condições ao cidadão de requerer legalmente até 27 (vinte e sete) cédulas de identidades diferentes. Com essa facilidade legal, inúmeras possibilidades fraudulentas se apresentam de maneira silenciosa, pois, na grande maioria dos casos, os Institutos de Identificação das Unidades Federativas não dispõem de protocolos e aparato tecnológico para identificar as duplicações de registro vindas de outros estados, ou até mesmo do seu próprio arquivo datiloscópico. Consoante aos fatos, os Institutos de Identificação não trabalham interativamente para que haja trocas de informações de dados e geração de conhecimento para manuseio inteligente e seguro para individualização do cidadão em prol da sociedade.

Com foco na busca de soluções para tais problemas, o Projeto RIC prevê a administração central dos dados biográficos e biométricos dos cidadãos no Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC) e ABIS (do inglês *Automated Biometric Identification System*), respectivamente. A previsão desse novo modelo sustenta a não duplicação de registros e a consequente identificação unívoca dos cidadãos brasileiros natos e naturalizados. O Projeto RIC, portanto, visa otimizar o sistema de identificação e individualização do cidadão brasileiro nato e naturalizado com vistas a um perfeito funcionamento da gestão de dados da sociedade, agregando valor à cidadania, à gestão administrativa, à simplificação do acesso aos serviços disponíveis ao cidadão e à segurança pública do país.

Nesse contexto, o termo de cooperação entre MJ/SE e FUB/CDT define um projeto

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.5/23
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

que objetiva identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil – RIC no Brasil.

Este relatório traz uma avaliação do grupo de notícias selecionadas pela clipegem, levando em conta o estudo preliminar de como foi produzido, incluindo método e estratégia para se tornar noticioso. A análise é importante para assessoria de comunicação e para os gestores compreenderem de que forma é possível participar do debate social incluído na agenda dos veículos.

2 METODOLOGIA PRELIMINAR

Nesta análise, a equipe de comunicação do RIC avaliou um conjunto de oito notícias publicadas no primeiro semestre do ano. Cada um dos textos foi selecionado por estar relacionado diretamente ao projeto.

Observações dos materiais:

- a) assunto prioritário das matérias;
- b) estudo das fontes;
- c) relações entre a notícia e o contexto;
- d) diagnóstico.

Serão feitas comparações entre os conteúdos publicados e também em relação às estratégias nítidas nos materiais jornalísticos. Isso quer dizer que a análise ocorre tanto para tentar estudar o que foi “dito”, como as intencionalidades presentes. Para agrupar os conhecimentos prévios, a comparação inicial será apresentada em tabela a fim de facilitar a visualização das oito notícias.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.6/23
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

3 ANÁLISE DE NOTÍCIAS

As oito notícias trazem o mesmo assunto, o qual é o novo sistema de identificação, incluindo a proposta do Judiciário e opiniões de representantes públicos. A partir do que é proposto na metodologia para este relatório, tornou-se possível observar os materiais e compará-los. Abaixo encontra-se o quadro-resumo.

	Título/chamada	Assuntos principais	Fontes utilizadas	Menção ao histórico do RIC
Notícia 1	Governo quer unificar documentos de identificação do cidadão (FSP)	Ligação da identificação ao lançamento do programa Bem Mais Simples Brasil	Ministro Guilherme Afif Domingos e Presidenta Dilma	Não há menção ao histórico do RIC e ao projeto do Executivo
Notícia 2	Toffoli apresenta a Dilma proposta de criação de Registro Civil Nacional (ABR)	Ministro Toffoli entrega proposta de criação do Registro Civil Nacional	Apenas o presidente do TSE, Dias Toffoli	Não há menção ao histórico do RIC e ao projeto do Executivo
Notícia 3	Após pedir para julgar Lava Jato no STF, Toffoli se reúne com Dilma (G1)	Novo sistema de identificação entra de forma secundária. Notícia faz relação do encontro ao julgamento da Lava Jato	Presidente do TSE, Dias Toffoli e o ministro do STF Marco Aurélio Mello	Não há menção ao histórico do RIC e ao projeto do Executivo
Notícia 4	Ministros debatem implantação do Registro Civil Nacional (veículos do governo)	Encontro entre Afif e Toffoli sobre o novo sistema	Ministro Guilherme Afif e presidente do TSE, Dias Toffoli	Não há menção ao histórico do RIC e ao projeto do Executivo
Notícia 5	Toffoli diz que PL do Registro Civil Nacional será enviado ao Congresso (G1)	Texto sobre a posição do TSE de entregar projeto do novo sistema de identificação	Apenas o presidente do TSE, Dias Toffoli	Não há menção ao histórico do RIC e ao projeto do Executivo
Notícia 6	Dilma relança carteira de identidade única que Lula havia lançado em 2010 (Estadão)	Texto com base em discurso da presidente sobre o RCN	Apenas a presidenta Dilma Rousseff	Há menção ao histórico do RIC, mas não ao projeto do Executivo
Notícia 7	Toffoli explica que identificação biométrica será usada na criação do registro nacional (G1/Globo)	Discurso de Dias Toffoli em defesa do RCN	Apenas o presidente do TSE, Dias Toffoli	Não há menção ao histórico do RIC e ao projeto do Executivo
Notícia 8	Senador defende implantação do sistema nacional de	Opinião do senador Álvaro Dias (PSDB-PR)	Apenas o senador Álvaro Dias	Há menção à demora da implementação, mas nenhuma

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.7/23
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

	identificação (Agência Senado)			relação com projeto do Executivo
--	-----------------------------------	--	--	-------------------------------------

4 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

- a) Na amostra selecionada, há uma priorização de conteúdo declaratório (com base apenas em opiniões ou informações das fontes) e factual. Há duas exceções: as notícias 3 e 6, as quais vão além do que os entrevistados trazem. Na notícia 3, há uma alusão de que o encontro entre autoridades seria para discutir a operação Lava Jato e não para discutir o sistema de identificação. Na notícia 6, é lembrado que o anúncio da presidente Dilma se assemelhou ao discurso do presidente Lula quando tratou do projeto.
- b) Não há conteúdo investigativo em nenhum dos conteúdos.
- c) Não há conteúdo técnico sobre identificação em nenhum dos conteúdos.
- d) Não há menção ao projeto do Executivo, no âmbito do Ministério da Justiça, em nenhum dos conteúdos.
- e) Nos oito conteúdos avaliados, há menções ou citações atribuídas ao presidente do TSE, Dias Toffoli, o qual foi a fonte protagonista do período.
- f) Não existem discussões aprofundadas sobre a missão da identificação para a vida dos brasileiros.
- g) Não existem contraditórios nos materiais, o que pode significar o papel de “refém” dos jornalistas em relação às fontes que os procuram ou aparecem.
- h) Os materiais são integralmente controlados pelas assessorias de comunicação dos órgãos, visto que as declarações surgiram principalmente a partir de coletivas de

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.8/23
--------------------	---------------------	--	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

imprensa.

- i) O Ministério da Justiça, como ator social desse cenário, aparece apenas em uma das oito notícias.
- j) Há priorização de materiais de texto. Apenas um conteúdo encontrado tem teor audiovisual, que não passa de um depoimento em coletiva do ministro Dias Toffoli.
- k) Não existe ação crítica dos repórteres nos conteúdos.
- l) Os materiais são 100% dependentes das fontes oficiais.
- m) Não há especialistas que contextualizem as informações.
- n) Não há presença de cidadãos comuns nas notícias, aqueles que seriam diretamente beneficiados pelo sistema de identificação.
- o) Não existem, sequer, fontes oficiosas (aquelas ligadas aos órgãos com informações de bastidores).
- p) Os materiais jornalísticos selecionados revelam as relações de poder de informação que têm autoridades públicas (dos três poderes) sobre os veículos de comunicação.
- q) Com essas características encontradas, os materiais ficam assemelhados ao jornalismo da primeira metade do século 20, diretamente dependente de diário oficial.
- r) Como as fontes especializadas não são ouvidas, poderia ser sugerido às assessorias de comunicação de representantes dos poderes públicos que

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.9/23
--------------------	---------------------	---	----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

facilitassem acesso a quem pudesse entregar informações novas para colaborar com o discurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO SEGUNDO SEMESTRE E TENDÊNCIAS DE COBERTURA

As oito notícias selecionadas revelam desconhecimento dos veículos de comunicação em relação ao sistema de identificação. Primeiro porque os dados são tratados de forma superficial e até enigmática. Em segundo lugar, porque não auxiliam o cidadão comum a compreender o que se passa em relação a essas atualizações, e o que de fato terá que fazer para compreender-se como brasileiro.

Fontes especializadas podem ser ainda mais atuantes, enviando artigos ou *releases* (por intermédio de suas respectivas assessorias de comunicação) e colocando novos assuntos para debate público, tais como:

- evidências efetivas dos benefícios sociais de uma integração de dados a partir de um novo sistema de identificação;
- argumentações a respeito de biometria e íris (com vantagens e desvantagens) para o modelo;
- maior conhecimento das pessoas que atuam na identificação pelo país, bem como a situação de infraestrutura de trabalho;
- ampliar a noção de benefícios para segurança pública;
- ampliar a noção de benefícios para direitos de cidadania;
- aperfeiçoar conhecimento sobre conjunturas sociais e demandas públicas. Não está claro nas reportagens que um novo sistema é uma necessidade urgente;
- o histórico de implementação do sistema ainda está limitado a posturas políticas e não contextualizado com as razões conjunturais também;
- seria necessário melhorar o debate em relação aos custos do projeto para que o contribuinte tenha um maior número de informações;
- entes públicos precisam promover e divulgar audiências públicas, sendo essa também uma ação possível de comunicação organizacional.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.10/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

6 CONCLUSÃO

Por meio de um trabalho coordenado e interdependente entre as equipes da SE e da Universidade de Brasília, as atividades de elaboração deste RT foram planejadas, discutidas, executadas e documentadas.

Com este relatório comparativo de cobertura, é possível concluir que a discussão a respeito dos assuntos ligados à identificação são debatidos (também por intermédio da mídia) de forma superficial e pouco técnica. Observa-se o excesso de dependência das fontes oficiais e de discursos políticos. Não se esclarecem fundamentos importantes sobre os benefícios de um novo sistema de identificação para a sociedade.

As atividades envolvidas nesta etapa observaram formalmente a execução dos passos da metodologia elencada para gestão do projeto, PMI/PMBok.

A equipe da UnB considera que teve acesso a todas as informações necessárias à boa condução dos trabalhos e que a disponibilização dessas informações pela equipe do MJ, assim como as atividades conjuntas de análise e discussão, levou a etapa do projeto a bom termo.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.11/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

ANEXO I – ÍNTEGRA DAS NOTÍCIAS

Notícia 1 - Governo quer unificar documentos de identificação do cidadão

26/02/15

O governo também trabalha na centralização dos serviços públicos num só lugar e na integração dos sistemas, de forma que as informações dadas pelo cidadão estejam disponíveis para outras consultas

O governo federal lançou nesta quinta-feira (26) o programa Bem Mais Simples Brasil, que pretende reduzir a burocracia da gestão pública, eliminando exigências e formalidades obsoletas. Uma das propostas do programa é unificar o cadastro e identificação do cidadão brasileiro.

Segundo o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, que está à frente do programa, o brasileiro tem em média 20 documentos e cadastros de identificação para exercer seus direitos e deveres. Em Portugal, por exemplo, um cidadão tem cerca de três.

A ideia é centralizar as informações da certidão de nascimento, identidade, CPF, habilitação, título de eleitor, certificado de alistamento militar, passaporte, carteira de estudante, carteira de trabalho, entre outros, num só registro.

O governo também trabalha na centralização dos serviços públicos num só lugar e na integração dos sistemas, de forma que as informações dadas pelo cidadão estejam disponíveis para outras consultas. "Queremos fazer uma lipoaspiração nos excessos", disse Afif.

Não acredito que seja uma tarefa simples, é complexa. Mas a arte é torná-la simples. Exige-se que tenhamos capacidade de construir consensos entre os diferentes agentes que integram a nossa sociedade", afirmou a presidente Dilma Rousseff, durante a cerimônia de lançamento do programa.

FECHAMENTO DE EMPRESAS

Como parte do conjunto de medidas desburocratizantes divulgada nesta quinta, está a possibilidade de fechamento automático e imediato de empresas em todo o país.

O sistema nacional de baixa integrada de empresas vai permitir ao empresário fechar num só dia e num só balcão um negócio, sem a necessidade de apresentação de

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.12/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

certidões negativas de débitos tributários, trabalhistas e previdenciários.

Será preciso ir apenas à junta comercial. Eventuais débitos da empresa serão transferidos para as pessoas físicas responsáveis.

O sistema simplificado de fechamento tem funcionado de forma piloto no Distrito Federal desde 8 de outubro do ano passado. De lá para cá, 1.134 empresas foram fechadas na junta comercial, no ato.

A dispensa dessas exigências está em lei editada em agosto do ano passado, que universaliza o Simples Nacional para todas as áreas. De lá para cá, o governo trabalhou nos sistemas para integração de informações e treinamento.

Em junho, deve entrar em vigor uma outra etapa do programa -a abertura simplificada de empresas.

Um processo que hoje demanda mais de 100 dias, 12 documentos em nove órgãos diferentes, vai passar para cinco dias, um documento e um único balcão -virtual ou na junta comercial.

Fonte: Folha de S. Paulo

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.13/23
--------------------	---------------------	---	------------------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Notícia 2 - Toffoli apresenta a Dilma proposta de criação de Registro Civil Nacional

11/3/2015

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, apresentou hoje (11) à presidenta Dilma Rousseff a proposta de criação do Registro Civil Nacional, documento de identificação com chip a ser emitido pela Justiça Eleitoral. A ideia é que o cartão contenha informações de vários cadastros do cidadão.

Ao reunir em apenas um documento dados como os registros de nascimento, casamento e óbito e o título de eleitor, a iniciativa resultaria em desburocratização e agilidade no acesso dos cidadãos a serviços. Segundo Toffoli, a proposta foi bem recebida por Dilma. “O projeto teve uma receptividade muito positiva da presidenta e vamos institucionalizar a maneira de concretizá-lo.”

Os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Casa Civil, Aloizio Mercadante, também participaram da reunião.

“Foi a formalização de uma proposta da Justiça Eleitoral que fiz na minha posse na presidência do TSE. O cidadão, ao nascer, já é registrado na Justiça Eleitoral, recebe o seu número, que vai ser o mesmo para o resto da vida e para todas as atividades, que é o número do título de eleitor. Na Justiça Eleitoral, serão feitos todos os registros, casamento, nascimento, divórcio, morte”, explicou o presidente do TSE.

O TSE justifica a iniciativa em razão da experiência adquirida no Programa de Recadastramento Biométrico do Eleitor e pelo fato de a Justiça Eleitoral administrar o maior cadastro de cidadãos da América Latina, com mais de 142 milhões de eleitores, sendo que 24,5 milhões já estão cadastrados biometricamente.

Toffoli disse que a Operação Lava Jato não foi tratada durante a reunião com Dilma e os ministros. O magistrado negou também que tenham conversado sobre a indicação do próximo ministro para ocupar a vaga deixada por Joaquim Barbosa no Supremo. “Essa agenda estava marcada há muito tempo e esse projeto estava feito há muito tempo. Tem uma portaria minha do ano passado instituindo esse grupo para apresentar o projeto. Já vínhamos dialogando”, declarou Toffoli.

Fonte: Agência Brasil

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.14/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Notícia 3 - Após pedir para julgar Lava Jato no STF, Toffoli se reúne com Dilma

11/3/2015

Na terça, ministro pediu para integrar Turma que julgará ações da Lava Jato. Ao final do encontro, magistrado disse que não tratou sobre a transferência.

Um dia após solicitar sua transferência da Primeira Turma para a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgará as eventuais ações penais decorrentes da Operação Lava Jato contra deputados e senadores, o ministro Antonio Dias Toffoli se reuniu nesta quarta-feira (11) com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto em um encontro que, inicialmente, não estava previsto na agenda da presidente. Segundo Toffoli, ele foi à sede do Executivo apenas para tratar de um projeto elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), corte que preside desde maio do ano passado, e não tratou sobre a Lava Jato com a presidente.

A alteração na agenda presidencial foi comunicada pela assessoria do Planalto por volta das 8h30. De acordo com o TSE, o encontro estava confirmado desde o início da tarde desta terça (10) e foi solicitado pelo próprio magistrado. Também participaram da reunião os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e José Eduardo Cardozo (Justiça).

Oficialmente, a assessoria do TSE informou que o encontro entre Toffoli e Dilma foi marcado para que o ministro pudesse apresentar uma proposta de registro civil nacional, uma espécie de identificação centralizada pela Justiça Eleitoral que reuniria uma base de dados para identificar o cidadão desde o seu nascimento até o óbito.

"Esta agenda que eu tive com a presidente Dilma foi para trazer a formalização de uma proposta da Justiça Eleitoral que eu fiz quando da minha posse na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, que é trazer para a Justiça, que já está fazendo o cadastramento biométrico, trazer o registro civil centralizado do cidadão brasileiro", disse Toffoli ao final do encontro com a presidente da República.

"O cidadão ao nascer já recebe um número e esse número já é o título de eleitor. [A proposta] teve uma receptividade muito positiva da presidente Dilma, do ministro Cardozo, do ministro Aloizio, que estavam presentes na reunião. Foi isso que eu vim tratar nessa agenda", enfatizou.

Questionado por jornalistas sobre seu pedido para mudar de turma no STF, Toffoli disse que não comentaria o assunto. "Eu não vou comentar sobre isso."

Ao deixar o Palácio do Planalto, o ministro foi indagado sobre se a Operação Lava

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.15/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Jato havia sido tratada no encontro. Ele se limitou a dizer que "não".

Turmas do Supremo

Além das sessões no plenário principal, os ministros do Supremo também se reúnem semanalmente em dois pequenos colegiados chamados de "turmas". Cada uma dessas turmas é composta por cinco magistrados. Apenas o presidente do tribunal, que acumula o comando administrativo da Corte, não integra nenhuma turma.

Atualmente, a Segunda Turma do STF tem apenas quatro ministros, já que a presidente Dilma Rousseff ainda não indicou um nome para a vaga deixada pelo ministro aposentado Joaquim Barbosa, que deixou a Corte no ano passado.

Se o presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, autorizar a transferência de Toffoli para a Segunda Turma, o ministro que será indicado por Dilma para a vaga de Barbosa não julgará os processos contra políticos relativos à Operação Lava Jato.

A autorização de Lewandowski é somente uma formalidade, já que, pelas regras internas do Supremo, qualquer ministro tem o direito de pedir a transferência. Se mais de um se interessar, a preferência é do mais antigo.

Em sessão na tarde desta terça, os ministros Gilmar Mendes e Teori Zavascki, relator no Supremo dos inquéritos sobre corrupção na Petrobras, sugeriram que um dos ministros da Primeira Turma migrasse para a Segunda Turma.

Na Primeira Turma, o ministro que há mais tempo integra a Corte é Marco Aurélio Mello. Ele afirmou, porém que vai se aposentar em meados do ano que vem e não tem interesse em mudar de turma. "Eu, Marco Aurélio Mello, terminarei meus dias aqui em 2 de julho de 2016 na Primeira Turma. Eu não saio da Primeira Turma, estou muito satisfeito principalmente pelos colegas da bancada", afirmou à TV Globo.

Desde o ano passado, o STF decidiu que investigações, denúncias e processos criminais contra parlamentares e ministros passariam a ser julgados numa das duas turmas – compostas, cada uma, por cinco ministros – e não mais no plenário, onde atuam todos os 11 integrantes da Corte.

A Segunda Turma é atualmente composta pelos ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello, Teori Zavascki e Cármen Lúcia. A demora de mais de sete meses de Dilma em indicar um substituto para a vaga de Barbosa deixou a turma incompleta e tem gerado críticas de magistrados do STF.

Presidência da Turma

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.16/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Atualmente, a Segunda Turma do Supremo é presidida pelo ministro Teori Zavascki, relator dos processos da Lava Jato na Corte. O mandato de Zavascki na presidência do colegiado termina em maio.

Além de Teori Zavascki, integram atualmente a Segunda Turma Gilmar Mendes, Celso de Mello e Cármen Lúcia.

Pela tradição do STF, ocupa o cargo o ministro com menos tempo de atuação no tribunal que ainda não tenha exercido a função – no caso, Toffoli. Se mais de um magistrado da Primeira Turma se interessar pela vaga, a preferência é do mais antigo.

O ministro com mais tempo de Corte, Marco Aurélio Mello, já disse que não quer mudar para a Segunda Turma, porque vai se aposentar no ano que vem. “Eu, Marco Aurélio Mello, terminarei meus dias aqui em 2 de julho de 2016 na Primeira Turma. Eu não saio da Primeira Turma, estou muito satisfeito principalmente pelos colegas da bancada”, afirmou à TV Globo nesta terça-feira (10).

Ações da Lava Jato

Dentro da Operação Lava Jato, já tramitam no STF 25 inquéritos sobre políticos suspeitos de terem se beneficiado do esquema de corrupção na Petrobras.

Em todos os casos, é o relator do caso, ministro Teori Zavascki, que autoriza medidas de investigação. Se qualquer delas for questionada, no entanto, é a Segunda Turma que irá decidir se são ou não válidas – isso pode incluir, por exemplo, quebras de sigilo (telefônico, fiscal e bancário), apreensão de documentos ou interceptações telefônicas.

No entanto, quatro das investigações que correm no STF serão discutidas por todos os ministros da Corte, porque incluem os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Pela nova regra de julgamentos, os chefes das Casas Legislativas continuam só podendo ser julgados pelo plenário.

Fonte: G1

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.17/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Notícia 4 - Ministros debatem implantação do Registro Civil Nacional

O ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), Guilherme Afif Domingos, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, se reuniram na última quinta-feira (19) para discutir a implantação do Registro Civil Nacional (RCN).

24/3/2015

O projeto tem como objetivo unificar dados de registros e cadastros simplificando a vida dos cidadãos brasileiros dando segmento ao Programa Bem Mais Simples Brasil.

O programa, coordenado pela SMPE, possui cinco pontos fundamentais:

- Eliminar exigências que se tornaram obsoletas com a tecnologia;
- Unificar o cadastro e identificação do cidadão;
- Dar acesso aos serviços públicos em um só lugar;
- Guardar informações do cidadão para consultas; e
- Resgatar a fé na palavra do cidadão, substituindo documentos por declarações pessoais.

Segundo o ministro Guilherme Afif, a integração de dados vai facilitar a vida dos brasileiros e reduzir despesas desnecessárias dos cofres públicos.

“A vida do cidadão brasileiro é bem mais complicada do que em outros países. Precisamos reduzir o número de documentos e garantir processos menos burocráticos para que o estado possa atendê-lo com mais eficiência. São vários órgãos demandando o mesmo cidadão, solicitando informações de que o Estado já dispõe, mas que não tem de forma organizada”, disse o ministro Guilherme Afif.

O ministro Dias Toffoli destacou que foram definidas “as premissas necessárias para que as equipes técnicas do TSE e do Poder Executivo, prepare, um projeto para ser levado aos órgãos de Estado competentes, tanto no Poder Executivo quanto no Congresso Nacional.

Registro Civil Nacional

A criação do Registro Civil Nacional (RCN) visa estabelecer uma identificação centralizada do cidadão brasileiro a ser emitida pela Justiça Eleitoral, desde o nascimento até o óbito, que registrará ainda eventuais mudanças de estado e capacidade civil.

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.18/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Entre as vantagens da adoção de um documento único está a identificação do cidadão na esfera da segurança pública e inibição de fraudes em transações financeiras.

“Ao nascer, o cidadão será registrado junto à Justiça Eleitoral, receberá um número que vai ser seu para resto da vida e para todas as atividades, que é o número do título de eleitor. Na Justiça Eleitoral, serão feitos todos os registros: nascimento, casamento, divórcio, morte”, salientou o presidente do TSE.

A Justiça Eleitoral administra o maior cadastro de cidadãos de toda América Latina, que hoje conta com mais de 142 milhões de eleitores, sendo 24,5 milhões já cadastrados biometricamente.

O órgão dispõe de estrutura operacional que envolve parques computacionais modernos, disponíveis no TSE e em 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), sediados nas capitais dos estados e no Distrito Federal.

Fonte: Secretaria da Micro e Pequena Empresa / Portal Brasil / NBR

Notícia 5 - Toffoli diz que PL do Registro Civil Nacional será enviado ao Congresso

17/4/2015

Durante encontro em Teresina, ministro voltou a falar sobre a proposta. Toffoli participou de encontro com presidentes dos TREs.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Antonio Dias Toffoli, disse que o projeto que cria o Registro Civil Nacional deverá ser encaminhado em maio para o Congresso. A afirmação foi feita nesta sexta-feira (17) durante o 65º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE's) em Teresina.

Com a proposta, o cidadão ao nascer receberá um número e este vai servir como título de eleitor. Segundo o ministro, o projeto está em fase final de elaboração e o envio ao Congresso será feito pelo Poder Executivo.

"Já há no TSE um grupo instituído que está trabalhando em toda a logística necessária para a implementação desse projeto. Isso será um grande ganho para a população brasileira e também um desafio para a Justiça Eleitoral, que nunca se curvou em sair na frente", disse o ministro.

Toffoli destacou que a proposta foi apresentada a presidente Dilma Rousseff na ocasião da posse dele como ministro do Supremo. O registro civil nacional, uma espécie

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.19/23
--------------------	---------------------	---	------------------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.

É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

de identificação centralizada, reuniria uma base de dados para identificar o cidadão desde quando ele nascer, já aproveitando o cadastramento biométrico que está sendo realizado no país pela Justiça Eleitoral.

Durante a solenidade em Teresina, Dias Toffoli recebeu das mãos do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, desembargador Edvaldo Moura, a Medalha do Mérito Eleitoral do Piauí.

Fonte: G1;

Notícia 6 - Dilma relança carteira de identidade única que Lula havia lançado em 2010

28/5/2015

A presidente Dilma Rousseff anunciou a criação nesta quinta-feira do Registro Civil Nacional (RCN), com o objetivo de "simplificar" e "desburocratizar" a vida dos cidadãos que passarão a ter uma carteira de identidade única. Esta é a segunda vez que o governo petista lança o mesmo projeto. Em 30 de dezembro de 2010, dois dias antes de deixar o Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez semelhante cerimônia, no Ministério da Justiça, apresentando o Registro de Identidade Civil (Ric), com o modelo da nova carteira de identidade dos brasileiros, com chips contendo todos os dados como CPF, RG, título de eleitor e o Programa de Integração Social (PIS).

"A criação do Registro Civil Nacional garantirá a cada cidadão brasileiro um único número de identificação, ao qual estarão associados todos os outros documentos. Quem não sonha sair de casa carregando apenas um documento, em vez de ser obrigado a andar com vários deles?", afirmou a presidente, em discurso, após assinar o envio de projeto com a proposta ao Congresso.

"Nós nos propusemos a ajustar processos e procedimentos para que cada cidadão seja tratado como único que é, abolindo os vários números que hoje o representam", prosseguiu a presidente, repetindo o teor do discurso do então ministro da Justiça. Luiz Paulo Barreto, que ocupava o posto à época, em sua fala, ressaltou que este "é um documento que resgata a cidadania, traz praticidade e segurança ao cidadão no dia a dia".

Também naquela época, o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski, estava presente à cerimônia, já que o órgão ajudou a União a desenvolver

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.20/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

o modelo. Hoje, além de Lewandowski, o atual titular da Justiça Eleitoral, José Dias Toffoli.

Em dezembro de 2010, foram veiculadas campanhas publicitárias em rede nacional de rádio e TV falando da nova identidade. O projeto piloto seria lançado em Brasília, Salvador, Hidrolândia (GO), Nísia Floresta (RN), Rio Sono (TO), no Rio de Janeiro e na Ilha de Itamaracá (PE). Pelo menos 125 mil pessoas receberiam o RIC nessa primeira etapa, podendo chegar a dois milhões. Segundo o Ministério da Justiça investimento no primeiro ano alcançaria cerca de R\$ 90 milhões.

Só que nada saiu do papel. Em abril de 2012, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou que um "problema de execução" prejudicou a emissão das carteiras. Na cerimônia desta quinta-feira, um informativo da Secretaria da Micro e Pequena Empresa esclarecia que o objetivo da medida é que 200 milhões de brasileiros sejam registrados nos próximos três anos. De acordo com a proposta, os cidadãos brasileiros ou naturalizados serão identificados por suas impressões digitais e faciais. Os dados serão compartilhados entre órgãos da administração pública da União, Estados, Distrito Federal e municípios.

"O Estado tem o dever de ser mais eficiente, adotando todos os recursos tecnológicos para atender bem ao cidadão", afirmou a presidente, em discurso, no Planalto, depois de anunciar que o projeto de lei que cria o Registro Civil Nacional será encaminhado ao Congresso. "Vamos somar recursos humanos e financeiros para finalmente viabilizar a criação de um único número de registro", ao explicar que a implementação e a gestão do processo serão feitas por um comitê de representantes dos dois poderes, de forma igualitária, para racionalizar o uso de recursos públicos.

"Isso vai permitir serviços mais céleres e eficientes", comentou. "O Congresso Nacional certamente analisará essa proposta de sugestão e nos apoiará no desafio de inaugurar uma nova etapa na relação do Estado com os brasileiros e brasileiras, relação que, sobretudo, será bem mais simples", disse a presidente.

O registro único será feito numa parceria entre o Executivo e o Judiciário, que já fez a coleta de dados biométricos de cidadãos em diversas cidades - dos 142 milhões de eleitores brasileiros, 24,5 milhões já foram registrados.

Fonte: Estadão;

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1° sem 2015.doc	Pág.21/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Notícia 7 - Toffoli explica que identificação biométrica será usada na criação do registro nacional

28/5/2015 - Vídeo

<http://globo.com/globocom/g1/v/toffoli-explica-que-identificacao-biometrica-sera-usada-na-criacao-do-registro-nacional/4214069/>

Fonte: TV Globo;

Notícia 8 - Senador defende implantação do sistema nacional de identificação

5/6/2015

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) salientou a importância do sistema nacional de identificação, lembrando que a lei do Registro de Identidade Civil foi sancionada há 18 anos mas o sistema ainda não foi implantado. Ele lembrou que a ideia de unificação de documentos pessoais surgiu há mais de 23 anos com o trabalho da desembargadora paranaense Lídia Maejima, que, na época, percebeu a grande facilidade para falsificação de cédulas de identidade.

O senador disse que a emissão dos novos documentos com biometria custará pouco, mas observou que a efetiva implantação do sistema depende da modernização dos institutos estaduais de identificação.

- Todos os estados da Federação já contam com seus institutos de identificação com seus respectivos dados. Basta apoiá-los com poucos recursos financeiros para digitalização total de dados e, num segundo momento, interligar todos os órgãos - defendeu.

Fonte: Agência Senado

Projeto: MJ/SE-RIC	Emissão: 27/07/2015	Arquivo: 20150727 MJ RIC - RT Analise e Midiatica Comparativa - 1º sem 2015.doc	Pág.22/23
--------------------	---------------------	---	-----------

Confidencial.

Este documento foi elaborado pela Universidade de Brasília (UnB) para a MJ/SE.
É vedada a cópia e a distribuição deste documento ou de suas partes sem o consentimento, por escrito, da MJ/SE.

Universidade de Brasília – UnB

Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT

Laboratório de Tecnologias da Tomada de Decisão – LATITUDE

www.unb.br – www.cdt.unb.br – www.latitude.eng.br

